

feamFUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

FEAM	
PROTOCOLO Nº	016 801/2002
DIVISÃO:	DIQUA - 3474/2002
MAT.:	VISTO: <i>dividap</i>

02
FLNº

Parecer Técnico DIQUA 124/2002
Processo COPAM Nº 025/1994/006/2001

PARECER TÉCNICO

Empreendedor: **CURTUME TIGRÃO LTDA.**

Empreendimento: Unidade industrial de beneficiamento de couros e peles

Atividade: Curtume

Porte: grande

Endereço: Rua Izoldina Cândida de Jesus, 400 – Vila João XXIII

Município: São Sebastião do Paraíso/MG

Referência: **AUTO DE INFRAÇÃO Nº 073/2001**

Infrações: gravíssima

RESUMO

A empresa CURTUME TIGRÃO LTDA. é responsável pelo beneficiamento de couros e peles, instalada no município de São Sebastião do Paraíso/MG, desde 1990.

Seu processo tramita na FEAM/COPAM desde 1993, quando foi encaminhado projeto de sistema de tratamento dos efluentes líquidos para análise. O projeto foi considerado inadequado não sendo liberado para implantação. Durante os quase 8 anos em que tramita seu processo na FEAM o empreendimento foi autuado por 5 vezes (Ais Nº 041/94, 152/96, 019/99, 026/2000 e 073/2001) em virtude do descumprimento à Legislação Ambiental do Estado. Apenas os Autos 041/94 e 152/96 foram julgados pelo COPAM, estando os demais aguardando o julgamento. Cabe ressaltar que o AI 152/96 foi descaracterizado e arquivado.

O Curtume Tigrão Ltda. obteve sua Licença de Operação, de caráter corretiva, concedida pela CID/COPAM em reunião de 15-12-1997. A validade da referida licença se encontrava condicionada à implantação dos sistemas de controle ambiental, conforme projetos liberados para implantação mediante análise do processo formalizado na FEAM. Contudo, o empreendimento solicitou prorrogação de prazo para apresentação de projeto de Aterro industrial em 14-4-1998, sendo o prazo final concedido pela CID/COPAM, em reunião de 4-8-1998, até 15-10-1998.

Nova solicitação de prazo, incluindo a finalização das obras de implantação da ETE, foram solicitadas. A CID/COPAM, em reunião de 10-8-1999 decidiu conceder os prazos: até 15-9-1999, para a adequação da área de armazenamento temporário de resíduos sólidos; até 15-11-1999, para apresentação de projeto de disposição final de resíduos sólidos industriais e da ETE; até 30-6-2000, para implantação e entrada em operação do sistema de tratamento dos efluentes líquidos.

Em 13-2-2001, foi realizada vistoria nas instalações industriais do curtume sendo constatado que a ETE não se encontrava em operação, contrariando o prazo limite fixado em 30-6-2000 pelo COPAM. Na ocasião o curtume foi lembrado que o prazo para apresentação do projeto de disposição de seus resíduos havia expirado em 15-11-1999.

Em virtude das irregularidades constatadas, o Curtume Tigrão Ltda. foi autuado, mediante AI 073/2001, por descumprir determinação formulada por Câmara Especializada do COPAM, inclusive planos de controle ambiental, de medidas mitigadoras, de monitoração ou equivalentes, aprovadas quando do licenciamento.

Em 16-4-2001, foi protocolizada defesa referente ao AI supracitado onde o empreendimento informa que encaminhou novo pedido de prorrogação de prazo em 29-6-2001 para cumprimento da condicionante relativa aos efluentes líquidos industriais, contudo, esse pedido não foi julgado pelo COPAM. Desse modo, solicita a descaracterização do Auto retromencionado. E ainda que a empresa vem cumprindo as demais condicionantes de sua Licença de Operação Corretiva.

A alegação do Curtume Tigrão não apresenta nenhum dado técnico que justifique o cancelamento do Auto de Infração, uma vez que a data limite de 30-6-2000 foi considerada improrrogável pela CID/COPAM não cabendo, portanto, nova prorrogação de prazos. E ainda que, por decisão do COPAM, os curtumes com essa data limite deveriam ser vistoriados e, caso constatado o descumprimento do prazo, deveriam ser autuados. A FEAM agiu de acordo com o estipulado pelo órgão ambiental do Estado, ficando a infração gravíssima devidamente caracterizada.

Este parecer sugere a aplicação de penalidades cabíveis em virtude da infração tipificada grave no Auto de Infração 073/2001 lavrado contra o Curtume Tigrão Ltda. e a fixação do prazo de 45 dias para a assinatura de Termo de Compromisso para Ajustamento de Conduta Ambiental com o COPAM.

Divisão de Indústria Química e Alimentícia – DIQUA		Diretoria de Atividades Industriais e Minerárias – DIRIM
Autor: Técnico FUNDEP Waniamara J. Santos	Gerente: Consuelo R. de Oliveira	Diretora: Zuleika S. C. Torquetti
Assinatura: <i>W. Santos</i>	Assinatura: <i>Consuelo R. Oliveira</i>	Assinatura: <i>Z. Torquetti</i>
Data: 16/4/2002	Data: 17/4/2002	Data: 22/4/02

1- INTRODUÇÃO

A empresa CURTUME TIGRÃO LTDA. é um empreendimento do setor químico responsável pelo beneficiamento de couros e peles para a produção de couro *wet blue*, acabado e semi-acabado, instalada no município de São Sebastião do Paraíso/MG, desde 1990.

O empreendimento encontra-se implantado em uma área total de 8272 m². A capacidade nominal do Curtume é da ordem de 600 couros/dia, sendo utilizado como matéria-prima o couro salgado.

Seu processo tramita na FEAM/COPAM desde 1993, quando foi encaminhado projeto de sistema de tratamento dos efluentes líquidos para análise. O projeto foi considerado inadequado não sendo liberado para implantação.

Durante os quase 8 anos em que tramita seu processo na FEAM o empreendimento foi autuado por 5 vezes (Ais N^o 041/94, 152/96, 019/99, 026/2000 e 073/2001) em virtude do descumprimento à Legislação Ambiental do Estado. Apenas os Autos 041/94 e 152/96 foram julgados pelo COPAM, estando os demais aguardando o julgamento. Cabe ressaltar que o AI 152/96 foi descaracterizado e arquivado.

O Curtume Tigrão Ltda. obteve sua Licença de Operação, de caráter corretiva, concedida pela CID/COPAM em reunião de 15-12-1997. A validade da referida licença se encontrava condicionada à implantação dos sistemas de controle ambiental, conforme projetos liberados para implantação mediante análise do processo formalizado na FEAM.

O empreendimento solicitou prorrogação de prazo para apresentação de projeto de Aterro industrial em 14-4-1998, sendo o prazo final concedido pela CID/COPAM, em reunião de 4-8-1998, até 15-10-1998. Nova solicitação de prazo, incluindo a finalização das obras de implantação da ETE, foram solicitadas. A CID/COPAM, em reunião de 10-8-1999 decidiu conceder os prazos: até 15-9-1999, para a adequação da área de armazenamento temporário de resíduos sólidos; até 15-11-1999, para apresentação de projeto de disposição final de resíduos sólidos industriais e da ETE; até 30-6-2000, para implantação e entrada em operação do sistema de tratamento dos efluentes líquidos.

Em 13-2-2001, foi realizada vistoria nas instalações industriais do curtume sendo constatado que a ETE não se encontrava em operação, contrariando o prazo limite fixado em 30-6-2000 pelo COPAM. Na ocasião o curtume foi lembrado que o prazo para apresentação do projeto de disposição de seus resíduos havia expirado em 15-11-1999.

Em virtude das irregularidades constatadas, o Curtume Tigrão Ltda. foi autuado, mediante AI 073/2001, por descumprir determinação formulada por Câmara Especializada do COPAM, inclusive planos de controle ambiental, de medidas mitigadoras, de monitoração ou equivalentes, aprovadas quando do licenciamento.

Em 16-4-2001, foi protocolizada defesa referente ao AI supracitado onde o empreendimento informa que encaminhou novo pedido de prorrogação de prazo em 29-6-2001 para cumprimento da condicionante relativa aos efluentes líquidos industriais, contudo, esse pedido não foi julgado pelo COPAM. Desse modo, solicita a descaracterização do Auto retromencionado. E ainda que a empresa vem cumprindo as demais condicionantes de sua Licença de Operação Corretiva.

2- DISCUSSÃO

A alegação do Curtume Tigrão não apresenta nenhum dado técnico que justifique o cancelamento do Auto de Infração, uma vez que a data limite de 30-6-2000 foi considerada improrrogável pela CID/COPAM não cabendo, portanto, nova prorrogação de prazos. E ainda que, por decisão do COPAM, os curtumes com essa data limite deveriam ser vistoriados e, caso constatado o descumprimento do

prazo, deveriam ser autuados. A FEAM agiu de acordo com o estipulado pelo órgão ambiental do Estado, ficando a infração gravíssima devidamente caracterizada.

É fato que o empreendimento deixou de cumprir o prazo final para implantação da ETE, considerado improrrogável conforme a CID/COPAM. E ainda que, a nova solicitação de prazo não foi analisada em virtude da decisão do COPAM, não cabendo mais sua apreciação.

É importante ressaltar que o novo pedido de prorrogação foi encaminhado apenas 1 dia antes da data limite para finalização das obras de implantação e início de operação da ETE, em conjunto a outros curtumes em situação similar.

Dos 12 meses originais fixados para a execução desta condicionante o Curtume Tigrão Ltda. beneficiou-se da prorrogação até 30-6-2000, totalizando o período de 3 anos para regularizar-se. Contudo, neste ano de 2002, os sistemas de controle ambiental permanecem fora de operação, sendo o empreendimento, embora licenciado, responsável pela geração de impactos ambientais significativos no meio ambiente.

Cabe ressaltar que o projeto de disposição final dos resíduos sólidos, incluindo o lodo gerado na ETE, não foi encaminhado para análise passados 29 meses da data limite fixada pelo COPAM.

3- CONCLUSÃO

Analizados os processos administrativos da empresa na FEAM, o Auto de Infração nº 073/2001 e a defesa referente ao Auto protocolizada em 16-4-2001, concluímos que não são apresentados dados técnicos que justifiquem o cancelamento do Auto supracitado.

E ainda que, passados mais de 4 anos da data de concessão da Licença de Operação Corretiva o empreendimento permanece em situação parcialmente irregular, provocando impactos ambientais significativos, principalmente quanto aos seus resíduos sólidos industriais. Quanto aos sistemas de controle das emissões atmosféricas, não foram encaminhados resultados de medição, conforme solicitado nas condicionantes de LO, para que se possa avaliar a eficiência desses. Os efluentes líquidos industriais estão sendo encaminhados à ETE, finalmente acabada, contudo não foram apresentados os resultados de análise do efluente tratado para verificação quanto ao atendimento dos padrões fixados na legislação ambiental do Estado.

Em virtude do exposto, este parecer sugere a aplicação de penalidades cabíveis em virtude da infração tipificada grave no Auto de Infração 073/2001 lavrado contra o Curtume Tigrão Ltda. e ainda que seja fixado o prazo de 45 dias para a assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta com o COPAM e com o Ministério Público no sentido de regularizar-se conforme os preceitos fixados na Legislação Ambiental vigente, sob pena de suspensão de suas atividades industriais em virtude do descumprimento dos prazos acordados.



Processo nº 025/1994/006/2001

Ref: Defesa relativa ao Auto de Infração nº 073/2001

Apresentado por Curtume Tigrão Ltda

PARECER JURÍDICO

1) Relatório:

1 – A empresa Curtume Tigrão, já qualificada nos autos, foi autuado como incurso no item 2, do §3º, do artigo 19, do Decreto 39.424/98, por ter cometido a seguinte irregularidade, transcrita *in verbis* do Auto de Infração:

" descumprir determinação formulada pela Câmara Especializada do COPAM, inclusive planos de controle ambiental, de medidas mitigadoras, de monitoração ou equivalentes, aprovadas quando do licenciamento . "

2 – O processo encontra-se formalizado e instruído com a documentação exigível. Tempestivamente, a empresa apresentou sua Defesa alegando, em síntese, que:

- em 29-6-2000, protocolou correspondência requerendo prorrogação de prazo para o cumprimento das condicionantes, pedido que ainda não foi julgado e/ou apreciado na reunião da CID/COPAM;
- portanto, não houve descumprimento da condicionante da Licença de Operação, uma vez que a FEAM ainda não se manifestou;
- ressalta que a data de protocolo da correspondência é anterior não só à lavratura do referido Auto de Infração, como ao vencimento do prazo;
- não está se esquivando do cumprimento das condicionantes, tendo havido um entrave na questão financeira, impossibilitando o início do funcionamento da ETE;
- em nenhum momento deixou de comunicar ao órgão ambiental suas ações e iniciativas tanto que, após pedir a prorrogação de prazo (junho/2000), comunicou através de correspondência protocolada em 24-01-2001 que a parte de construção civil já havia sido concluída, sendo necessário adquirir o restante do maquinário;
- nessa data, comunicou à FEAM que já estava inclusive iniciando as ações, no sentido de participação no Programa de Produção Minas Limpa;
- vê-se que a empresa vem implementando as medidas necessárias para o cumprimento das exigências ambientais, tanto que já cumpriu as demais condicionantes de sua Licença de Operação;



3 – O Parecer Técnico de fls. 08/10 informa, em síntese, que a alegação da empresa não apresenta nenhum dado técnico que justifique o cancelamento do Auto de Infração, uma vez que a data limite de 30-6-2000 foi considerada improrrogável pela CID/COPAM, não cabendo, portanto, nova prorrogação de prazos.

Informa, ainda, que por decisão do COPAM, os curtumes com essa data limite deveriam ser vistoriados e, caso constatado o descumprimento do prazo, deveriam ser autuados.

Ressalta o Parecer que o novo pedido de prorrogação foi enviado apenas 1 dia antes da data limite para finalização das obras de implantação e início de operação da ETE, em conjunto a outros curtumes em situação similar. E, ainda, que dos 12 meses originais fixados para a execução dessa condicionante, a autuada beneficiou-se com a prorrogação de 3 anos e, nesse ano de 2002, os sistemas de controle ambiental permanecem fora de operação, sendo o empreendimento responsável pela geração de impactos ambientais significativos ao meio ambiente.

Por derradeiro, sugere o Parecer Técnico a aplicação da penalidade cabível e, ainda, a fixação de um prazo de 45 dias para a assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta com o COPAM e o Ministério Público, no sentido de regularizar-se, sob pena de suspensão de suas atividades industriais.

II) Conclusão:

Isto posto, ante a ausência de argumentos jurídicos capazes de descaracterizar a infração cometida, remetemos os autos à Câmara de Atividades Industriais do COPAM, sugerindo a aplicação de uma multa, no valor de 37.500,5 UFIR's, nos termos do artigo 1º, inciso III, alínea "a" (infração gravíssima, porte pequeno), c/c artigo 2º, § 1º, inciso II, da Deliberação Normativa COPAM nº 27/98.

É o parecer, s.m.j.

Belo Horizonte, 07 de agosto de 2002.


Ana Paula Durães Rabelo
Consultora FUNDEP
OAB/MG 76.603

FEAM	
PROTOCOLO Nº	075800/2001
DIVISÃO:	AU - 16-12-2002
MAT.:	VISTO: <i>Mau</i>

13
FL Nº
MEIO AMBIENTE

Processo nº: 025/1994/006/2001

Assunto: Esclarecimentos à Câmara de Atividades Industriais do COPAM referente ao Auto de Infração nº 073/2001 lavrado contra **Curtume Tigrão Ltda**

RATIFICAÇÃO DO PARECER JURÍDICO

Essa Câmara Especializada do COPAM solicitou esclarecimentos acerca do porte do empreendimento, na reunião realizada no dia 3-12-2002, com fins de se verificar o valor preciso da multa outrora lançado nos autos em comento.

A técnica responsável pelo acompanhamento do empreendimento na FEAM, em papeleta retro, informou que o porte **ATUAL** da empresa é **PEQUENO**.

Vale informar que a Assessoria Jurídica fixa os valores das multas com base nos Relatórios preenchidos pelas áreas técnicas responsáveis, pois são estas divisões quem acompanham e vistoriam os empreendimentos *in loco*.

O Parecer Jurídico de fls. 12/13 fixou o valor da multa com fulcro no artigo 1º, inciso III, letra "a", artigo 2º, § 1º, inciso II da DN COPAM nº 27/98; ou seja, considerou-se, anteriormente, o Porte **PEQUENO**.

(Assinatura)



" Artigo 1º -

III - infrações gravíssimas:

- a) **pequeno porte: 35.001 UFIR's a 40.000 UFIR's;**
- b) **médio porte: 40.001 UFIR's a 50.000 UFIR's;**
- c) **grande porte: 50.001 UFIR's a 70.000 UFIR's" (grifos nossos)**

Por fim, esclarece-se que os valores-base fixados entre o valor mínimo e o valor máximo, previstos PARA CADA FAIXA DA MULTA, irá variar de acordo com data da lavratura do auto de infração, pois o antecedente negativo anterior a esta data é que deve ser levado em consideração para fins da fixação do valor-base.

Ou seja, neste processo em gabinete, cujo auto de infração foi lavrado em 16-03-2001 os antecedentes negativos proporcionaram a fixação do valor-base na média da faixa da multa correspondente, em consonância com os antecedentes negativos do empreendimento.

feam


3

Considerando o exposto, RATIFICA-SE o parecer jurídico anterior.

É o parecer.



Belo Horizonte, 13 de dezembro de 2002.


RAQUEL DE MELO VIEIRA
Consultora Fundep
OAB/MG nº 83.252